

20º ANO diário de Ouro Preto

Ouro Preto, Sexta-feira, 29 de Novembro de 2024 - Ano XX, nº 1.490 - R\$ 3,00 - Distribuição Promocional



SAMARCO INSTALA MAIS UMA PLANTA DE FILTRAGEM PARA AMPLIAR PRODUÇÃO PARA 60% DE SUA CAPACIDADE

A empresa trabalha com 30% de sua capacidade operacional e deve alcançar 60% da capacidade instalada até o final do 2024, a meta da Samarco é alcançar 100% até 2028

(Pág 3)

Foto: Carol Pessoa



ZEMA ANUNCIA DUPLICAÇÃO DE RODOVIA BR-356 COM DINHEIRO DA REACTUAÇÃO DO ACORDO DE MARIANA (Pág 4)

Aumento de alíquotas do Ipsemg é aprovado pelo Plenário da ALMG em 1º turno (Pág 7)

Juliano Duarte acompanha julgamento histórico sobre a barragem de Fundão na Inglaterra (Pág 5)

Entenda pacote fiscal de R\$ 70 bi anunciado por Haddad (Pág 2)

casablanca

ESCUTAR, PLANEJAR, AGIR. FAÇA CHUVA OU FAÇA SOL.

A ASSEMBLEIA TRABALHA PARA MINAS LIDAR MELHOR COM A CRISE CLIMÁTICA.



Nós somos parte do clima. Por isso, a Assembleia Legislativa criou grupos técnicos, ouviu a sociedade e incentivou projetos de inovação e tecnologias para Minas lidar melhor com a seca e chuva extremas.

Em dezembro, os deputados estaduais finalizam o plano que trata de acesso a água, previsibilidade do clima, resposta a calamidades e planejamento ambiental. E vão acompanhar todo o trabalho para garantir que as soluções saiam do papel, reduzindo o impacto da crise climática na vida dos mineiros.

Compromisso com o presente e com as gerações futuras.

ACOMPANHE ESSE TRABALHO DA ASSEMBLEIA
almg.gov.br/criseclimatica



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

Poder e voz do cidadão



Acesse: diariodeouropreto.com.br

Curta: @diariodeouropreto

Siga: @jornaldiariodeouropreto

[COLUNA TIQUINHO DE POLÍTICA] TÁ TODO MUNDO DE OLHO NO ZEMA E NA TAL CONCESSÃO DA BR 356

Mariana - Com a Praça Minas Gerais fechada e sem dizer que cumpria apenas uma etapa da nova consulta pública, sobre a duplicação da BR 356, o Governador agora fala que o custo da estrada será de 5 bilhões. Para isso, o governador mandou construir um palanque na praça Minas Gerais, na porta da Igreja de São Francisco ao lado do presépio do Menino Jesus que está montado lá.

A obra, que estava orçada em R\$ 2.36 bilhões, foi anunciada, na segunda-feira, com o custo de R\$ 5 bilhões. Assim seriam insuficientes os R\$ 2 bilhões destinados para a estrada na repactuação do Acordo de Mariana.

Zema já está no governo há 6 anos e não desiste de ser vendedor. Apesar de receber um dos maiores valores da repactuação, ele ainda pretende conceder a BR 356, não entendendo quanta expectativa a população de Mariana tem em relação as reparações.

Mas ao que tudo indica, a obra vai sair mais cara para que se justifique a concessão. O governador ainda tem a simplória expectativa que os marianenses engulam a seco a ideia de terem que pagar pedágio em uma estrada que custearam.

Juliano Duarte, prefeito eleito, falou o que o governador não esperava. Apesar de ter dois deputados ali na cerimônia, Thiago Cota e Adriano Alvarenga, um apoio na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, inclusive para ampliar a alíquota de contribuição para os servidores idosos de 3.2% para 4.4%, para os servidores o presente de natal foi o plano de saúde mais caro, desmerecendo os anos contribuimos para o instituto

de previdência dos servidores pela velha professorinha, que apesar de não ter aumento em 2025, pela negociação da dívida do estado, terá aumento nos descontos em seu salário.

As medidas impopulares do governador já chegaram em todos, pois pretende mesmo descumprindo a constituição do Estado, privatizar a Cemig e aí, quem viu São Paulo no escuro pode imaginar os prejuízos que podem advir da privatização.

O governador aumentou o preço da estrada, e agora porque quer uma margem maior pela negociação pretende obrigar aos atingidos o custo de sua negociação. Fazer negócio assim é bom demais, se os recursos da repactuação serão retornados ao caixa do Estado após a concessão, esses valores são devidos ao município de Mariana?

Depois de tantas discussões sobre a repactuação, o governador não conseguiu remanejar dos R\$ 81 bilhões que o Estado vai receber, os outros R\$ 3 bilhões que deseja aumentar no valor da estrada?

Será mesmo que o governador estava interessado em atender aos atingidos ou em fazer mais obras faraônicas, com recursos de terceiros, como deitou e rolou com a grana de Brumadinho?

O governador só pensa em vender e como está chegando o natal... Vem aí com seu catálogo de vendas, e nele estão além da 356 a Cemig e a Copasa.

Em nenhum momento vemos o governador defender que a duplicação é um direito da população e sim um empecilho para os empresários que não acham a estrada satisfatória.

Por Marcelino de Castro

ENTENDA PACOTE FISCAL DE R\$ 70 BI ANUNCIADO POR HADDAD

Com o objetivo de adequar a explosão de gastos públicos nos próximos anos e dar sobrevida ao arcabouço fiscal em vigor desde o ano passado, o governo anunciou, na noite de quarta-feira (27/11), um pacote de corte de gastos obrigatórios. Estimada, segundo a equipe econômica, em R\$ 70 bilhões em dois anos (R\$ 30 bilhões em 2025 e R\$ 40 bilhões em 2026), a economia de recursos foi detalhada na manhã de hoje (28) pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad; do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e da Casa Civil, Rui Costa.

Entre os principais pontos da proposta de contenção de gastos estão a redução a médio prazo do abono salarial e um teto no reajuste do salário mínimo. Para distribuir o impacto dos cortes aos mais ricos, o governo propõe acabar com brechas que burlam o teto dos supersalários no serviço público e reformar a previdência dos militares.

O pacote também prevê a limitação na concessão de benefícios fiscais enquanto as contas do governo estiverem deficitárias e um teto no crescimento das emendas parlamentares. Para reduzir o impacto político dos cortes de gastos obrigatórios, o governo enviará proposta para elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, em troca de uma alíquota efetiva de 10% para quem recebe mais de R\$ 50 mil por mês.

As mudanças no IR, informou o governo, terão impacto zero nas contas públicas e antecipam a segunda fase da reforma tributária, que trata da cobrança de Imposto de Renda. Confira as medidas enviadas pelo governo ao Congresso Nacional.

Imposto de Renda

Elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. A medida cumpre promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022. Atualmente, não paga IR quem ganha até R\$ 2.259,20 mensais.

Para evitar impactos brutos para quem ganha a partir de R\$ 5.001 por mês, haverá uma progressão. Quem ganha até R\$ 7,5 mil mensais vai ter de pagar IR, mas será beneficiado com a isenção dos R\$ 5 mil iniciais. Quem recebe a partir de R\$ 7,5 mil terá a isenção limitada a até dois salários mínimos, como ocorre atualmente.

Essa medida tem impacto de R\$ 35 bilhões por ano na arrecadação federal. Com a tramitação da segunda fase da reforma tributária ao longo do próximo ano, a tendência é que a mudança só entre em vigor em 2026.

Aumento de imposto para ricos

Para financiar o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda, o governo pretende introduzir uma alíquota efetiva de 10% para quem ganha mais

de R\$ 50 mil por mês. A medida pretende fazer que pague mais tributos quem se aproveita da "pejotização", conversão rendimentos de pessoas físicas em rendimentos de empresas.

Nada muda para quem trabalha com carteira assinada e recebe mais de R\$ 50 mil porque essas pessoas já pagam alíquota de 27,5%. Atualmente, segundo o governo, o 1% mais rico da população paga alíquota efetiva de 4,2% de Imposto de Renda. Para o 0,01% mais rico, a alíquota efetiva é 1,75%.

Isenção de IR por problemas de saúde

Isenção de Imposto de Renda por problemas de saúde valerá apenas para quem ganha até R\$ 20 mil por mês. Dedução de 100% de gastos com saúde não mudará. Junto com aumento de imposto para ricos, medida garantirá os R\$ 35 bilhões para bancar o aumento da isenção do IR.

Salário mínimo

Desde 2023, o salário mínimo é corrigido pela inflação do ano anterior, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) de dois anos anteriores.

A proposta mantém a parcela de crescimento pelo PIB, mas a variação real estará nos limites do arcabouço fiscal, 2,5% acima da inflação do ano anterior. Para 2025, o salário mínimo subirá 2,9% acima da inflação, o equivalente ao crescimento da economia de 2023. Com a limitação, o salário mínimo ficará em R\$ 1.515 em 2025, R\$ 6 a menos que a atual regra.

Nos anos em que o PIB encolher, o salário mínimo subirá pelo menos 0,6% acima da inflação, equivalente ao piso da variação de gastos do arcabouço fiscal.

Abono salarial

Benefício que equivale a um 14º salário para quem ganha até dois salários mínimos (atualmente em R\$ 2.824) com carteira assinada, o abono salarial terá a correção mudada. O valor de até R\$ 2.640 será corrigido pela inflação nos próximos anos, em vez de seguir a política de valorização do salário mínimo.

Com o abono salarial subindo menos que o salário mínimo, o governo prevê que o benefício equivalerá a um salário e meio a partir de 2035. A mudança será discutida em proposta de emenda à Constituição.

Previdência dos militares

Fim da morte ficta, quando a família de um militar expulso das Forças Armadas recebe pensão como se ele tivesse morrido. Família receberá auxílio-reclusão, pago pelo Instituto Nacional de Seguro Social a parentes de presos; Padronização em 3,5% da remuneração a contribuição do militar para o Fundo de Saúde até janeiro de 2026. Atualmente, os militares da Aeronáutica

e da Marinha pagam menos.

Extingue a transferência cota de pensão, quando a parte de um dependente que morre migra para os demais membros da família, somando 100%;

Estabelece progressivamente idade mínima para reserva remunerada, até chegar a 55 anos;

Economia de R\$ 2 bilhões por ano.

Supersalários

Lista de exceções ao teto remuneratório nacional passará a ser definida por lei complementar. Medida vale para todos os poderes e todas as esferas: federal, estadual e municipal.

Novo pente-fino

Novo pente-fino no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), salário mínimo pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. Medida também prevê endurecimento para acesso aos benefícios.

BPC

Prova de vida anual, como para os aposentados, além de biometria e reconhecimento facial para a concessão do benefício;

Focalizar em pessoas incapacitadas;

Vedação de dedução de renda (para o enquadramento para receber o benefício) não prevista em lei;

Renda de cônjuge e companheiro não coabitante e renda de irmãos, filhos e enteados (não apenas solteiros) coabitantes passam a contar para acesso;

Atualização obrigatória para cadastros desatualizados há mais de 24 meses e para benefícios concedidos administrativamente sem Código Internacional de Doenças (CID);

Biometria obrigatória para atualizações cadastrais;

Em uma mesma família, a renda de um benefício volta a contar para acesso a outro benefício

Bolsa Família

No Bolsa Família, governo pretende combater irregularidades nos pagamentos para beneficiários que declaram que moram sozinhos, os chamados unipessoais.

Restrição para municípios com percentual de famílias unipessoais acima do disposto em regulamento;

Inscrição ou atualização de unipessoais deve ser feita em domicílio obrigatoriamente;

Atualização obrigatória para cadastros desatualizados há 24 meses;

Biometria obrigatória para inscrição e atualização cadastral;

Concessionárias de serviços públicos deverão disponibilizar informações de seus bancos de dados para viabilizar cruzamento de informações.

Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil
Acesse o link e veja todos os tópicos:



CACHOEIRA DO CAMPO RECEBE O ESPETÁCULO GRATUITO "CAUSOS DE BRASÊRO"

Amanhã, dia 30 de novembro, às 19h, a Casa de Cultura de Cachoeira do Campo será palco do espetáculo "Causos de Brasêro". Reunindo música e histórias carregadas de humor, emoção e a autêntica essência da cultura popular brasileira, o evento promete proporcionar uma noite inesquecível para os moradores e visitantes da região.

O espetáculo, conduzido por Brasêro Produções, é uma celebração das tradições orais e musicais do Brasil, com causos que refletem o cotidiano, a criatividade e o espírito acolhedor das nossas raízes culturais. A apresentação combina narrativa e música de forma única, criando um ambiente de diversão, reflexão e conexão entre o público.

O evento conta com o apoio da Prefeitura de Ouro Preto, por meio da Secretaria



de Cultura e Turismo e do Fundo de Incentivo à Cultura (FUNCULT), reafirmando o compromisso da gestão pública com o fomento à arte e à cultura local.

A entrada é gratuita e será realizada por ordem de chegada. Recomenda-se que o público chegue com antecedência, já que a expectativa é de grande participação. Fonte: Assessoria Sec. de Cultura e Turismo de Ouro Preto

20º ANO **diário de Ouro Preto**

CNPJ: 06.882.238.0001-74
jomal@diariodeouropreto.com.br
diariodeouropreto.com.br

Diretor: Marcelino de Castro

Edição: Luccas Castro

CIRCULAÇÃO: Ouro Preto, Mariana, Itabirito e distritos - 5 mil exemplares

Apoio: Agências Brasil, Minas, Assessorias de Imprensa Tel (31) 3105-2795

Assinaturas entrega domiciliar (em Ouro Preto): trimestral R\$ 198,00 - semestral R\$ 396,00 - anual R\$ 792,00

Av. Américo Renné Giannetti 2129 - Saramenha - Ouro Preto/MG - 35 402-483

SAMARCO DEVE ENTRAR 2025 COM PRODUÇÃO EM 60% E ALCANÇAR A CAPACIDADE PLENA EM 2028

A Samarco religou em agosto a terceira pelotização em sua unidade de Ubu, em Anchieta (ES), com sua capacidade de produção ampliada, a meta de produção, apresentada pelo presidente da empresa, é de 60% do volume produzido antes do rompimento e da paralisação das operações.

A empresa está concluindo a instalação de uma nova unidade de filtragem, fundamental para a operação sem barragens. A nova planta de filtragem produzirá mais minério para a produção das pelotas. Atualmente a empresa está com sua capacidade instalada ociosa, com a primeira e a segunda pelotização paralisadas.

A retomada da capacidade de 100% da empresa é uma das expectativas dos governantes que estão em busca dos recursos da Repactuação. A Samarco tem agora atribuições que estão sob a responsabilidade da Fundação Renova, além dos compromissos em fazer na ordem de R\$ 32 bilhões.

Para cumprir as obrigações da Repactuação, a Samarco precisava ter recursos, afinal após o rompimento ela ficou inoperante. Os impactos da operação da empresa além da geração de emprego e renda são de interesse dos governantes pelos tributos.

O prefeito de Mariana, Celso Cota, está intrigado com a base de cálculo da CFEM (Compensação

Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) a ser paga pela Samarco ao município de Mariana, pela polpa que é enviada para Ubu. De acordo com Celso Cota, o valor determinado para base de cálculo da CFEM, estaria subestimado, pois ele aguardava maiores repasses de CFEM para a Prefeitura.

Já o prefeito eleito, Juliano Duarte, disse em entrevista coletiva, realizada dia 21/11, que pretende negociar com as mineradoras a antecipação dos repasses. Juliano destacou que, a prefeitura investe em 3 anos, aproximadamente o valor estipulado no acordo para a Saúde para os próximos 20 anos. Atualmente as despesas com o custeio da saúde pública estão estimadas em R\$ 300 milhões ao ano.

Em Agosto, o presidente da Samarco Rodrigo Vilela explicou que até dezembro, com a integração entre fábrica e mina, com a reativação do segundo concentrador, será atingida a produção de 60%, da capacidade que a empresa tinha em 2015. "Esse é nosso marco, claro que já estamos mirando no futuro".

Ele frisou ainda que um dos pilares da estratégia da empresa é a retomada gradual. "Um passo de cada vez, buscando evoluir na engenharia sem a utilização de barragem. E o que nós priorizamos lá em 2020, é a descaracterização

das barragens de alteamento a montante [...] A cava de Germano já está totalmente descaracterizada e, nós praticamente estamos terminando a descaracterização da barragem de Germano, com muito esforço, estudos, processos de licenciamentos adequados para que possamos chegar em 2028 utilizando as usinas que estão paradas".

Em retorno a reportagem do diário de Ouro Preto a empresa encaminhou a seguinte nota:

A Samarco informa que de janeiro a outubro deste ano, foram produzidas 7,89 milhões de toneladas de pelotas e finos de minério. No acumulado, da retomada até outubro deste ano, a produção chegou a 33,55 milhões de toneladas de pelotas e finos de minério, com 343 navios embarcados.

Atualmente, a empresa opera com 30% de sua capacidade operacional e deve alcançar 60% da capacidade instalada até o final do 2024 e, 100% até 2028.

Para isso, em agosto deste ano, a empresa intensificou suas atividades, em Ubu, no Espírito Santo, com a reativação de mais uma usina de Pelotização. A Samarco pretende dar mais um passo para o alcance dos 60% com a retomada do Concentrador 2 e de mais uma planta de filtragem de rejeitos, em Minas Gerais, em breve.

Por Marcelino de Castro

JÚLIO GORI TIRA DE PAUTA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Ouro Preto - A reunião da Câmara de ontem, entre os requerimentos e indicações estava em pauta o Projeto de Lei 731/24, segundo substitutivo da Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e as despesas do município para o exercício de 2025.

O projeto estava pautado para ser votado em única discussão, ele deveria ter sido aprovado, se o vereador Júlio Gori não tivesse retirado da pauta pedindo vistas de 72 horas.

Com a obstrução do vereador, ele deve retornar ao plenário na próxima terça-feira, 3/12. "Quero vista de 72 horas, por gentileza", solicitou Júlio Gori.

Em seguida, Júlio Gori também retirou de pauta o projeto de Lei 739, que fixa os subsídios do prefeito, vice e dos secretários municipais, de autoria da mesa diretora. Ao abrir as discussões, Júlio Gori pediu a palavra: "Peço vistas também de 72 horas".

Por Marcelino de Castro

"FÓRUM MUNICIPAL LIXO E CIDADANIA" SERÁ LANÇADO EM OURO PRETO

O Centro de Convenções de Ouro Preto receberá, no dia 5 de dezembro às 13h, o lançamento do "Fórum Municipal Lixo e Cidadania", uma iniciativa conjunta da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) através da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS) e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com apoio de parceiros.

O objetivo é discutir estratégias e soluções para

melhorar a gestão de resíduos sólidos no Município, promovendo práticas que aliam sustentabilidade e desenvolvimento. A proposta é mobilizar a comunidade para criar alternativas inovadoras que beneficiem o meio ambiente e a qualidade de vida na cidade.

Vale ressaltar que a importância da participação popular no Fórum é primordial para melhor construção de projetos e ideias para Ouro Preto, mediante ao diálogo e ao engajamento coletivo. Por Bernardo Marotta - Assessoria Sec. Meio Ambiente

2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
 O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

SERÃO 5 EIXOS TEMÁTICOS

- MITIGAÇÃO
- ADAPTAÇÃO E PREVENÇÃO PARA DESASTRES
- JUSTIÇA CLIMÁTICA
- TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA
- GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

13 DEZ
de 8h às 18h

Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS/UFOP
 Auditório Francisco Iglesias, situado a Rua Conego Amado, nº 161, bairro Centro

PARTICIPE!
 Tenha a chance de ter sua proposta levada à 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente em 2025.

PREFEITURA DE MARIANA | **UnB** | **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA** | **GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIAO E RECONSTRUÇÃO**

ZEMA ANUNCIA DUPLICAÇÃO DE RODOVIA BR-356 COM DINHEIRO DA REPACTUAÇÃO

Foto: Carol Pessoa/PMMA

Nesta segunda-feira (25), Mariana recebeu o governador do estado de Minas Gerais, Romeu Zema, em uma celebração para que ele e sua equipe explicassem quais seriam os rumos do dinheiro a ser recebido pela Repactuação do Novo Acordo de Mariana. O evento aconteceu na Praça Minas Gerais e contou com a presença de representantes do poder público.

Durante seu discurso, Zema ressaltou o quão trabalhoso foi o Acordo: “Para mim, prefeito, esse dia, esse momento aqui tem um significado muito, muito grande. Porque há exatamente 30 dias atrás, nesse momento eu estava em Brasília celebrando a assinatura do acordo da tragédia de Mariana. Esse acordo teve um custo muito, muito grande em termos de trabalho. Foram mais de 300 reuniões”, destacou o governador.

Além disso, o governador comparou a situação com a de Brumadinho. De acordo com ele, o caminho traçado na resolução dos danos foi diferente de Mariana: “Eu estava no meu primeiro ano de governo ainda, nós falando ‘não podemos deixar acontecer com Brumadinho aquilo que aconteceu com Mariana. Naquela época, depois de 3 anos, não tinha sido reparada em nada. E, apesar de Brumadinho ter acontecido bem depois, muitas obras já foram concluídas e estão em execução, o que mostra que o caminho que nós percorremos foi muito mais satisfatório e adequado. E por isso mesmo nós falamos: ‘nós temos de acabar com essa Fundação Renova, que já consumiu 35 bilhões de reais e quase nada trouxe de desenvolvimento para a região.’”

O principal assunto abordado foi a duplicação do trecho da BR-356 nomeado como Lote 7. Esse trecho liga Belo Horizonte até a cidade de Rio Casca, passando por

Mariana, Ouro Preto e Itabirito. A demanda de melhorias na rodovia é antiga, uma vez que o índice de acidentes e mortes aumenta ao decorrer dos anos.

Durante a cerimônia, o governador assinou um documento chamado despacho governamental, ou seja, declarando e firmando um compromisso em dar prosseguimento ao assunto: “E essa estrada, a BR-356, é uma estrada que vai mudar por completo toda essa região de Ouro Preto, Mariana, Ponte Nova e toda essa região que vai passar a ter um desenvolvimento muito maior. Eu atendo muitos investidores, muitos empresários que querem investir em Minas Gerais e a grande maioria deles fala ‘nessa região eu não invisto porque a estrada está congestionada, quando tem um acidente a estrada fica interrompida.’ (...) E com essa duplicação, esse problema será totalmente equacionado. Além, é lógico, de maior conforto, maior segurança, não é só facilidade no fluxo.”

O prefeito eleito Juliano Duarte relatou o que acredita ser uma indenização justa: “O rompimento da Barragem do Fundão em 2015 devastou vidas, destruiu comunidades e deixou marcas profundas em Mariana e em toda a Bacia do Rio Doce. É essencial que os debates sobre a reparação não percam de vista dois pilares fundamentais: a necessidade de indenização justa para a população atingida e investimentos adequados para o desenvolvimento da cidade de Mariana e região. A tragédia de Mariana impactou milhares de famílias, muitas das quais perderam seus lares, sua terra e até seus meios de sustento. Por isso, a indenização dessas pessoas não é apenas uma questão financeira, mas uma questão de dignidade. É inaceitável que,

após tantos anos, nove anos, muitas vítimas ainda aguardam por justiça por uma compensação que reflita de maneira justa aos danos sofridos. Uma indenização justa deve levar em conta não só apenas as perdas materiais, mas também os danos imateriais. O trauma psicológico, a ruptura dos laços comunitários e os impactos nas gerações futuras”, afirmou.

O processo até a obra a partir de agora conta com duas audiências públicas a serem realizadas em dezembro deste ano. No primeiro semestre de 2025 será lançado um edital de obras e concessão e o contrato está previsto para ser assinado no segundo semestre, já iniciando as obras no ano que vem.

De acordo com o secretário de Estado de Obras e Infraestrutura, Pedro Bruno Barros, o valor previsto de investimento é de 5 bilhões de reais, sendo deles 2 bilhões da repactuação. Dessa forma, os outros 3 bilhões serão custeados pela empresa privada que receber a concessão. É previsto pelo secretário que a obra resulte em uma diminuição de 38 minutos no trajeto entre Belo Horizonte e Mariana.

A maior preocupação em relação à duplicação da rodovia parte de representantes municipais e também da população marianense sobre a cobrança de pedágios no trecho. Juliano Duarte ressalta a sua desaprovação em relação a isso: “O pedágio seria uma injustiça, pois colocaria o ônus de uma obra que teve medida



Durante a cerimônia, o governador assinou abertura da nova Consulta Pública

de reparação diretamente sobre os ombros da população. Esse tipo de cobrança contraria o princípio da justiça, que deve nortear todo o processo de reparação.”

O deputado federal e ex-prefeito de Mariana, Duarte Junior, considera a duplicação da rodovia um ponto positivo na repactuação: “Eu acho que os municípios precisam de uma atenção especial. Vamos falar de Ouro Preto. Ouro Preto está recebendo um valor de 130 milhões em 20 anos. É totalmente incoerente com tudo que a cidade sofreu. (...) Então eu particularmente tenho minha crítica em relação aos municípios. Já externei isso aos governadores, ao governo federal e acho que a gente tem que lutar. É claro que tem benefícios, o qual participei, lutei e sei que vão se tornar realidade, como a duplicação e a terceira via. Isso é sensacional. A nossa defesa agora é que a nossa região não pague o pedágio.”

Durante a coletiva de imprensa, o governador reafirmou a importância da obra: “Essa obra é uma obra importantíssima, já que nós estamos falando de uma rodovia congestionada, perigosa,

lenta e vai trazer desenvolvimento, segurança e conforto para quem mora aqui nessa região e, principalmente, vai trazer desenvolvimento econômico. (...) Hoje nós estamos dando aqui o pontapé inicial através da BR-356. É esse acordo só foi possível porque nós mostramos que aquilo que nós fizemos relativo à tragédia de Brumadinho funcionou muito melhor do que a Fundação Renova. A tragédia de Brumadinho já deu e já está dando frutos e a tragédia de Mariana, mesmo que com atraso de 9 anos, que foi agora dia 5 de novembro que completou, começa a dar os primeiros frutos a partir de agora. E um ponto muito importante, com escuta dos atingidos”, ressaltou Zema.

Quando questionado sobre os pedágios, o governador declara ser muito cedo para definir: “Primeiro, é muito prematuro, né? Agora que a obra vai começar a ser analisada, não há nem um trajeto definido. Teremos as audiências públicas exatamente para poder discutirmos como será feito, como será cobrado, se será cobrado ou não.”

Por Marcella Torres

NESTE NOVEMBRO NEGRO, PROTESTAMOS CONTRA O RACISMO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Foto: Walter Cruz/Agência Brasil

Em 2015, no dia 5 de novembro, ocorreu em Fundão (Mariana - MG), o rompimento de uma barragem que pertencia à mineradora Samarco, controlada pela BHP Billiton e pela Vale, considerada atualmente a maior tragédia ambiental do país. Despejou em média 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos pertencentes à extração de minério de ferro, matando pessoas, seus modos de vida, memórias, lares, fontes de renda, tudo o que construíram em suas vidas.

Pensar sobre os rastros de tragédia deixados por esse crime, é refletir sobre as diferentes formas em que os sujeitos foram atingidos e reparados. Quando ocorrem desastres socioambientais, as populações que são afetadas se diferenciam em relação a intensidade em que o acidente interfere em suas vidas. Muitas vezes devido aos locais de moradia, que já estavam em áreas de risco; a falta de amparo nas reparações; a perda de meios de subsistência; a carência de acolhimento psicológico; ou até mesmo em razão das condições econômicas que dificultam a recuperação e fazem com que ocorra uma interferência com mais intensidade nos grupos mais vulneráveis.

No crime de Fundão não foi diferente. Com base em dados de um relatório preliminar de Luiz Jardim Wanderley e do Censo de 2010 do IBGE, as localidades que foram analisadas no caráter racial, apresentavam a seguinte porcentagem de pessoas autodeclaradas negras (pretas



Bento Rodrigues após o rompimento da Barragem de Fundão

e pardas): Bento Rodrigues, 84,3%; Paracatu de Baixo, 80%; Gesteira, 70,4% e Barra Longa, 60,3%¹.

A escolha do local onde eram armazenados os rejeitos, foi pensada somente em relação a questões econômicas, não incluindo análises sociais. Quando ocorreu o crime, as populações mais afetadas eram os grupos mais vulneráveis no caráter racial. Além dessa questão, após o rompimento da barragem foi possível constatar diferenças entre as ações de reparação, que se relacionam com a lógica do Racismo Ambiental, que é justamente quando pessoas em situação de vulnerabilidade são desigualmente afetadas por danos ambientais e, posteriormente, em suas compensações.

Em depoimentos dos atingidos, é possível perceber a estratégia da empresa em dificultar o ressarcimento, especialmente para os sujeitos que estavam em situação de vulnerabilidade, pela exigência de uma série de documentos que impediam a reparação². Nesse âmbito, as mobilizações

realizadas por movimentos sociais como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), o MAM (Movimento pela soberania popular na Mineração), a FLAMA (Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração), foram essenciais para fortalecer e dar amparo aos atingidos, nos processos de negociação com as empresas.

Tempos depois, em 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho, sendo considerado o maior acidente de trabalho do país em perdas de vidas humanas e o segundo maior em relação a desastres industriais do século. Isso demonstra que, apesar dos anos que se passaram e da tragédia de Fundão, esse modelo de mineração predatória, que almeja somente a retirada de recursos da natureza sem sua reposição, segue destruindo todas as formas de vida, visando apenas o lucro.

Por: Maria Fernanda Alves Vargas e Deborah Kelly Nascimento Pessoa - Adufop

GOVERNADOR NÃO DEIXOU A PRAÇA MINAS GERAIS SEM OUVIR PROTESTOS: “ESSE GOVERNO NÃO ME REPRESENTA”

Foto: Marcella Torres



Manifestantes não tiveram acesso a Praça Minas Gerais

Em contrapartida à celebração, os atingidos, juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Revida Mariana, manifestaram na entrada da cerimônia. No microfone, Simone Silva, moradora e atingida de Gesteira, afirmou “Fora Zema!” e ainda declarou que “2026 é logo ali” e que os atingidos não esqueceriam de tudo que estava sendo feito pelos representantes.

Mônica Santos, atingida de Bento Rodrigues, relatou sua indignação: “Mais uma vez, as comunidades atingidas, os atingidos sofrem mais um golpe, né? Porque fizeram essa repactuação sem a nossa participação. E hoje, na cidade do epicentro do crime, o governador vem falar sobre o que vai ser feito com o dinheiro da repactuação. E mais uma vez, fomos impedidos de ouvir o que ele tinha para dizer. Então, assim, é lamentável

o que aconteceu aqui hoje. Porque se o evento era para a população de Mariana, para as comunidades atingidas, a gente não pode entrar. Então, assim, que evento é esse? Que governo é esse? Que participação é essa? Uma vez estão decidindo a nossa vida sem a nossa participação e sem nos ouvir. E me disseram que na fala do secretário do governo do governador foi dito que as populações atingidas foram ouvidas. Dessa forma que aconteceu aqui hoje que a gente foi ouvido? Isso é ter participação? A gente está aqui com uma caixinha de som que vocês, que estavam lá, nem sequer conseguiram ouvir o que a gente estava dizendo. Isso é a participação que foi que teve em toda repactuação, em todos esses 9 anos. Então esse governo não me representa.” Por Marcella Torres

1. WANDERLEY, L. J. Índícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana. Relatório preliminar. Grupo PoEMAS, 2015.

2. Ibid., p. 13

MESMO COM R\$ 81 BILHÕES DA REPACTUAÇÃO ZEMA AINDA QUER CONCEDER A BR 356

Mariana - O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, anunciou mais uma etapa do seu projeto de concessão da BR 356, a etapa da Consulta Pública, como consta em seu fluxograma, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, em que a obra está orçada em R\$ 2.36 bilhões. Em outra tela referente à concessão, já se observa o valor de R\$ 3 bilhões e de acordo com o anúncio feito na segunda-feira o custo será de R\$ 5 Bilhões.

A situação é que após 9 anos de espera por melhoria de vida, os Marianenses além de pagarem a obra, ainda serão obrigados a pagar pedágio para utilizarem a estrada. Na cidade o descontentamento já foi tema de debate nas redes sociais. No dia 8 de Novembro o diário de Ouro Preto já adiantava que o governador iria continuar o projeto de concessão mesmo com os recursos da repactuação. O que foi confirmado nesta segunda-feira, 25/11.

O prefeito eleito ressaltou que a cobrança do pedágio caso a estrada seja concedida à iniciativa privada, é uma injustiça e pediu que a população não seja onerada com pedágios altíssimos. “Seria uma injustiça, pois colocariam o ônus de uma obra, que teve uma medida de reparação diretamente sobre os ombros da população, esse tipo de cobrança contraria o princípio da justiça que deve nortear todo o processo de reparação. A tragédia de Mariana nos deixou uma lição amarga, sobre os impactos da negligência e da ganância. Agora o caminho da reparação exige coragem, transparência e um compromisso verdadeiro com a justiça”.

De acordo com informações do governo de Minas, os investimentos totais agora são de aproximadamente R\$ 5 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões do aporte financeiro do Estado e o restante por meio do contrato de concessão. A sessão de licitação do projeto e assinatura de contrato estão previstas para 2025.

Cerca de R\$ 2,5 bilhões serão direcionados para as obras estruturantes, que incluem a duplicação de 67 quilômetros da BR-356, implantação de 39

quilômetros de faixa adicional nas MG-262 e MG-329, a implantação e readequação de 64 quilômetros de acostamentos, além da construção de contornos viários, acessos, passarelas e correções de curvas críticas ao longo de todo o trecho, totalizando 187,3 quilômetros de extensão das obras.

Outros R\$ 2,4 bilhões serão destinados para manutenção constante das rodovias e para os serviços aos usuários, antes inexistentes, como atendimento de socorro médico, com prazo de 30 minutos de chegada até a ocorrência, além dos serviços de guincho leve e pesado para veículos e a apreensão de animais na pista.

Os trechos rodoviários são cortados por 11 municípios, sendo eles: Nova Lima, Rio Acima, Itabirito, Ouro Preto, Mariana, Acaiaca, Barra Longa, Ponte Nova, Urucânia, Piedade de Ponte Nova e Rio Casca.

O Governador disse que de todo o acordo a principal obra será a duplicação da estrada.

“Um acordo difícil, que levou anos para ser concretizado, que terá como uma das principais obras exatamente a da BR-356, que liga Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana, e ainda vamos ter uma extensão na melhoria da MG-262 até Rio Casca. São intervenções importantíssimas, já que nós estamos falando de uma rodovia congestionada, perigosa, lenta. As obras vão trazer desenvolvimento, segurança e conforto para quem mora aqui nessa região”, enfatizou Romeu Zema.

Se o projeto que estava em licitação valia R\$ 2.36 bilhões, e se o governador tem R\$ 81 bilhões para as compensações aos atingidos, não seria o caso de completar o valor adicional, sem penalizar os primeiros atingidos com pedágio?

De acordo com o governo de Minas, com os R\$ 2 bilhões o projeto ganha agilidade e será útil para reduzir o valor do pedágio. Os recursos permitirão reduzir o valor do pedágio e acelerar as obras, diante das modificações feitas na proposta inicial como resultado de consulta pública realizada em 2021.



Vereadores se manifestam contra o pedágio

Ouro Preto - Ontem durante a reunião da Câmara, a vereadora Lilian França convidou os colegas para a audiência pública a ser realizada na próxima segunda-feira, 2/12, às 11 horas, na Assembléia Legislativa, convocada pelo deputado Alencar da Silveira Júnior, para discutir os acessos ao longo da BR 356.

Alexandro Sandrinho ressaltou a importância da audiência pública, disse que participará, segundo ele o DNIT não responde aos ofícios

dos vereadores. Disse que a duplicação vem em boa hora, mas que não concorda com o pedágio.

O vereador Vander Leitoa apresentou a representação 254/2024, para ser encaminhada ao governador Romeu Zema, solicitando que os valores acordados para a duplicação da BR 356 sejam investidos também na MG 129. Ele questionou a falta de investimento na MG 129, que dá acesso aos distritos de Antônio Pereira e Santa Rita Durão e ao complexo de Germano da Samarco.

“Infelizmente mais uma vez eles vão usar o dinheiro nosso recurso nosso da reparação vai

dar um presente de grego para a população de Ouro Preto e de Mariana [...] Vão utilizar um recurso nosso para duplicar a 356, em seguida, o pedágio. Olha que presente grego. Vai pegar um recurso nosso, uma reparação, um dinheiro nosso, aqui para duplicar. Não sou contra tá gente. Claro não só contra, tem que duplicar mesmo, tem que melhorar, mas com um recurso nosso, através de muito sangue e muito sofrimento, muita morte, vai duplicar e depois em seguida vai ter um pedágio”, salientou Vander Leitoa.

Por Marcelino de Castro

JULIANO DUARTE ACOMPANHA JULGAMENTO HISTÓRICO SOBRE A BARRAGEM DE FUNDÃO NA INGLATERRA

Londres, Inglaterra — O prefeito eleito de Mariana, Juliano Duarte, esteve presente nesta quarta-feira na Alta Corte de Londres para acompanhar o julgamento histórico contra a BHP, sócia majoritária da Samarco. A ação busca reparações pela tragédia do rompimento da barragem de Fundão em 2015, que devastou Mariana e a Bacia do Rio Doce. Acompanhado por outros prefeitos da região, Juliano reafirmou seu compromisso com os interesses da cidade.

“Como prefeito eleito, vou sempre defender os interesses de Mariana e buscar a solução que traga mais recursos para nosso município, que ainda enfrenta grandes problemas

sociais. Estamos aqui para acompanhar de perto o desdobramento dessa ação e manteremos a população informada sobre cada avanço nesse processo crucial para a nossa cidade,” declarou.

Críticas ao novo acordo no Brasil

Juliano também expressou insatisfação com o recente acordo para a repactuação dos recursos do Rio Doce, anunciado em Mariana pelo governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Segundo ele, as necessidades específicas de Mariana foram negligenciadas.

“O acordo, da forma como foi apresentado, não contempla as reais necessidades da

nossa cidade. Mariana precisa de mais recursos e atenção prioritária,” afirmou.

Ele detalhou que, dos R\$ 170 bilhões previstos na repactuação, apenas 4% seriam destinados às cidades impactadas. Para Mariana, seriam destinados R\$ 2,2 bilhões — R\$ 1,2 bilhão para o caixa livre da Prefeitura e R\$ 1 bilhão para a Saúde. Juliano criticou a distribuição desigual, apontando que a maior parte dos recursos ficou com o governo federal e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

“Os maiores problemas estão nas cidades, onde a população vive. O prefeito tem que lidar com saúde, educação, mobilidade urbana

e questões habitacionais. É injusto que os municípios mais atingidos recebam uma parcela tão pequena desse valor,” completou.

Próximos passos no julgamento internacional

O julgamento na Inglaterra, que examina a responsabilidade da BHP no desastre, continuará até 5 de março de 2025. A sentença é esperada para o mesmo ano e pode estabelecer um marco na busca por justiça para as vítimas de Mariana e região. Enquanto isso, Juliano Duarte reafirma seu compromisso de buscar alternativas e garantir maior reparação para os moradores da cidade. Assessoria do prefeito eleito

Foto: Arquivo Pessoal



Prefeito eleito de Mariana Juliano Duarte garante que acompanhará o processo e defender interesse município

PREFEITURA REALIZA SÉTIMA CERIMÔNIA DE POSSE DE NOVOS SERVIDORES EFETIVOS

Foto: Neno Vianna



O evento marcou a posse de servidores do Quadro Geral e da Secretaria de Saúde

A Prefeitura de Ouro Preto, em conjunto com a Gerência de Recursos Humanos, realizou nesta segunda-feira (25/11) a cerimônia de posse de 59 servidores efetivos do Quadro Geral e da Secretaria de Saúde selecionados no concurso público de 2022. Esta foi a 7ª cerimônia de posse realizada pela Prefeitura, e no total, já foram empossados 419 servidores para preencher as vagas ociosas, considerando, inclusive, as aposentadorias e exonerações que aconteceram no período.

A gerente municipal de Recursos Humanos, Elaine Freitas, lembrou

o compromisso e os valores do trabalho realizado pelo servidor público. “Está missão que assumem sendo servidores públicos passa pela responsabilidade de junto com os gestores municipais fazer com que os recursos públicos sejam aplicados da melhor maneira possível, e assim colaborar para termos uma cidade cada vez mais digna e melhor para se viver”, disse a servidora.

O prefeito Angelo Oswaldo celebrou a entrada de novos efetivos na prefeitura, enfatizando a importância do serviço público para a população de Ouro Preto.

“Nós ficamos muito felizes e estimulados de contarmos com mais esse agrupamento de 59 servidores e servidoras que vêm enriquecer a nossa prefeitura. Nós solenizamos para mostrar a importância da prefeitura que é receber vocês, e que tenham oportunidade de começar uma carreira nesta instituição tricentenária”, destacou o prefeito.

Homologado em agosto de 2022, o edital tem validade de dois anos e é estimado que mais servidores sejam empossados até o fim de janeiro de 2025.

Por Tiago Maia - Assessoria Prefeitura de Ouro Preto

SINE OURO PRETO ENCERRA 2024 COM DESTAQUE EM MINAS GERAIS

O Posto do Sistema Nacional de Emprego (Sine) de Ouro Preto encerra 2024 com resultados expressivos que destacam sua importância para a economia local e regional. Reconhecido entre os mais importantes de Minas Gerais em inserção de trabalhadores no mercado, o Sine se consolida como uma referência em intermediação de mão de obra e qualificação profissional.

Balço do ano:

Entre janeiro e outubro de 2024, o Sine Ouro Preto apresentou os seguintes números:

- 8488 atendimentos realizados;
- 466 trabalhadores cadastrados;
- 820 requisições de seguro-desemprego processadas;
- 15167 verificações de oportunidades de emprego;
- 4653 encaminhamentos feitos para empresas locais.

De acordo com Guilherme de Jesus, diretor-geral do Sine Ouro Preto, esses resultados refletem um trabalho estruturado e estratégico. “Hoje temos uma média de 750 a 820 vagas abertas por mês. Isso é fruto de visitas constantes às empresas, da captação ativa de vagas e de parcerias que visam qualificar os trabalhadores e inseri-los no mercado. Temos buscado ações conjuntas com o Senai, FAOP, Fundação Gorceix e UFOP para oferecer mais oportunidades à nossa população”, destaca Guilherme.

Impacto social e econômico

Além de criar oportunidades de emprego, o Sine Ouro Preto desempenha um papel fundamental na economia local ao priorizar a mão de obra do município. Segundo Guilherme,

essa política traz benefícios diretos: “Quando o trabalhador é contratado aqui, ele gasta seu recurso no comércio local, fomentando a economia, reduzindo o assistencialismo e melhorando os indicadores sociais, como o IDH do município.”

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia, Felipe Guerra, celebra a transformação vivida pelo Sine nos últimos anos. “Quando assumimos a Prefeitura, o Sine Ouro Preto ocupava a última posição no estado em geração de vagas e atendimentos. Hoje, encerramos o primeiro mandato do prefeito Angelo Oswaldo com o posto na oitava posição estadual. Isso só foi possível graças a uma reestruturação completa, ao trabalho dedicado da equipe e à criação de políticas públicas eficientes para diversificar a economia”, afirma.

Felipe também ressaltou a importância das parcerias firmadas: “Criamos um elo com empresas locais, com o Sistema S e outras instituições para gerar emprego e fomentar o empreendedorismo. Além disso, com a criação da Sala Mineira do Empreendedor e outros projetos, conseguimos reduzir o tempo de abertura de empresas e fortalecer o ambiente econômico de Ouro Preto.”

Ele ainda complementa: “O trabalho do Sine não é apenas técnico, mas humano. A equipe não mede esforços para atender às necessidades dos trabalhadores e empresários, seja na sede ou nos distritos de Cachoeira do Campo e Antônio Pereira. Esse esforço conjunto faz com que os resultados sejam não apenas números, mas

reflexos de vidas transformadas.”

Planos para 2025

Com base nos resultados positivos de 2024, o Sine Ouro Preto já projeta novas ações para o próximo ano, incluindo:

Ponte Digital: expansão dos serviços para Cachoeira do Campo e Antônio Pereira, permitindo maior acesso da população aos serviços de intermediação de mão de obra;

Implantação de um assistente social: apoio especializado para trabalhadores em situação de vulnerabilidade, auxiliando-os na elaboração de currículos e na busca ativa por vagas;

Call Center: melhoria na comunicação entre trabalhadores e empresas, agilizando processos e ampliando a eficiência no atendimento.

“O objetivo é tornar o Sine ainda mais acessível e eficiente, atendendo às demandas da população com qualidade e inovação”, explica Guilherme de Jesus.

Atendimento

O Sine Ouro Preto está localizado no Terminal Rodoviário, Padre Rolim, 661, Bairro São Cristóvão. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Já os postos em Cachoeira do Campo e Antônio Pereira funcionam das 8h às 16h, oferecendo serviços de intermediação de mão de obra.

Com resultados expressivos e uma equipe dedicada, o Sine Ouro Preto reafirma seu compromisso com o desenvolvimento econômico e social do município. O ano de 2024 foi de conquistas, e 2025 promete ser ainda mais transformador. Por: Izabella Almeida - Assessoria Prefeitura de Ouro Preto

OURO PRETO AVANÇA NO DEBATE DA CRISE CLIMÁTICA E FORMALIZA PLANO DE AÇÃO

Na manhã desta segunda-feira (25/11), a Casa de Gonzaga foi palco de mais um evento histórico: a formalização do Plano de Afirmção Climática de Ouro Preto. A iniciativa busca formas de enfrentamento dos desafios da crise climática e contou com a participação do prefeito Angelo Oswaldo (PV), da deputada federal Duda Salabert (PDT), do secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Chiquinho de Assis, do vereador Wanderley Kuruzu (PT) e do secretário executivo do ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade - América do Sul), Rodrigo Perpétuo. O Plano de Afirmção Climática foi viabilizado graças a uma emenda parlamentar no valor de R\$ 250 mil da deputada Duda Salabert e, durante a cerimônia, Rodrigo Perpétuo destacou a importância da parceria com o município na implementação de ações de sustentabilidade e ressaltou a necessidade do compromisso público, de uma governança participativa e de uma análise de risco robusta para que o Plano seja efetivo e garanta resultados positivos para a população e o meio ambiente. Planejamento habitacional, mineração responsável e gestão

de recursos foram alguns dos temas discutidos no encontro. O ICLEI, que tem como missão apoiar cidades na implementação de políticas e práticas sustentáveis, desempenhou um papel fundamental na elaboração do Plano, oferecendo especialidades técnicas para garantir que as ações climáticas em Ouro Preto estejam alinhadas com as metas globais de redução das emissões de carbono e adaptação às mudanças climáticas. Duda Salabert aproveitou para destacar a relevância social e patrimonial do Plano. “É importante, do ponto de vista humanitário, adaptar a cidade para que não aconteçam tragédias que possam vitimar a população ouro-pretana e, também, o patrimônio.” A formalização do Plano coloca Ouro Preto como protagonista na busca por soluções efetivas diante da crise climática, e a cidade se alia a outras do cenário nacional e internacional que buscam enfrentar os desafios e se consolida como uma referência em sustentabilidade na região. Ainda, nas palavras de Duda, “seremos exemplo no debate sobre a crise climática”. Por Ludmila Souza - Assessoria Prefeitura de Ouro Preto

OURO PRETO PROMOVE O I SEMINÁRIO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

No dia 11 de dezembro, Ouro Preto será palco do I Seminário Municipal de Acolhimento Familiar, uma iniciativa da Prefeitura de Ouro Preto, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social. O evento acontece no Paço da Misericórdia, localizado na Rua Padre Rolim, das 8h às 12h. O seminário busca promover debates sobre o acolhimento familiar, abordando estratégias para fortalecer essa importante política pública e seu impacto na construção de um futuro mais inclusivo e acolhedor para crianças e adolescentes. As vagas são limitadas, e as inscrições podem ser realizadas

até o dia 29 de novembro, por meio de um formulário disponibilizado pela equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. **Serviço:**

Data: 11 de dezembro de 2024
Horário: das 8h às 12h
Local: Paço da Misericórdia, Rua Padre Rolim, Ouro Preto
Inscrições: Até 29 de novembro
Informações: familiacolhedora@ouropreto.mg.gov.br | (31) 98642-1561
Por: Luiz Guilherme Mascarenhas - Assessoria Prefeitura de Ouro Preto

GAMIFICAÇÃO: FERRAMENTA PARA IMPULSIONAR O TURISMO EM OURO PRETO

No dia 4 de dezembro, a Prefeitura de Ouro Preto promoverá mais uma edição do programa OP Digital, desta vez com o tema Gamificação para o Turismo. O evento, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia de Ouro Preto em parceria com o Sebrae, a CDL Ouro Preto e a ACEOP, será às 19 horas, no Hub Francisca Mina, na Rua Pandiá Calógeras, nº 898, no bairro Bauxita.

Com o objetivo de estimular a inovação no setor turístico, o programa contará com uma palestra do professor Solano Braga, docente dos cursos de Bacharelado em Turismo e do Mestrado em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto. Braga compartilhará seus conhecimentos sobre como aplicar mecânicas de jogos para aumentar o engajamento e criar experiências mais atrativas

para turistas e visitantes.

A gamificação é uma estratégia inovadora que utiliza diversos elementos, como desafios, recompensas e competição, para melhorar a experiência do cliente e estimular a sua participação. No turismo, essas técnicas podem ser empregadas para tornar campanhas promocionais mais interativas e memoráveis, alavancando o mercado local.

O evento é uma oportunidade imperdível para empreendedores, gestores e profissionais do setor turístico que desejam modernizar suas estratégias e se destacar no mercado.

Serviço: Data: 4 de dezembro (quarta-feira) Horário: 19h
Local: Hub Francisca Mina (R. Pandiá Calógeras, nº 898 - Bauxita)- Mais informações: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia - (31) 3559-3343. Por: Izabella Almeida - Assessoria Prefeitura de Ouro Preto

AUMENTO DE ALÍQUOTAS DO IPSEMG É APROVADO PELO PLENÁRIO DA ALMG EM 1º TURNO

Foto: Daniel Protzner/ALMG

Sob fortes protestos de servidores que lotaram a galeria do Plenário e obstrução por mais de uma hora e meia feita pela oposição, foi aprovado em 1º turno, na Reunião Ordinária desta quarta-feira (27/11/24), o Projeto de Lei (PL) 2.238/24, que aumenta valores da contribuição para o Instituto dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg). O texto aprovado pelos deputados traz alterações promovidas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com a rejeição de 18 emendas que tentavam reduzir os impactos negativos para os servidores do Executivo.

A proposição atualiza os valores mínimo e máximo descontados dos servidores para terem acesso à assistência médica, hospitalar, farmacêutica e odontológica do Ipsemg.

O piso de contribuição aumenta de R\$ 33,02 para R\$ 60, enquanto o teto será reajustado de R\$ 275,15 para R\$ 500.

A alíquota de contribuição dos servidores permanece inalterada, em 3,2%, mas o projeto cria uma alíquota adicional de 1,2% para usuários com mais de 59 anos de idade. A norma também acaba com a isenção de contribuição para dependentes de servidores com até 21 anos.

O texto do governador previa contribuição de 3,2% para dependente com invalidez, doença rara, com deficiência intelectual ou mental, ou deficiência grave com idade igual ou superior a 39 anos. A CCJ retirou o comando no texto aprovado e eles continuarão isentos do pagamento. Também deixa expresso que filhos nessa situação não estão submetidos aos valores dos pisos para os demais, de R\$ 60,00 e R\$ 90,00 a depender da faixa etária, bem como ficam excluídos da alíquota adicional.

A nova redação aprovada ainda especifica a destinação dos recursos a serem arrecadados com a venda dos imóveis do Ipsemg, autorizados pelo projeto. Assim, 40% dos valores serão revertidos em investimentos para a assistência à saúde e 60% destinados ao pagamento de despesas correntes do Regime Próprio de Previdência Social.

Duas emendas do deputado Sargento Rodrigues (PL) foram destacadas na votação, mas também rejeitadas. A emenda nº 1 propunha a cobrança apenas da alíquota de 3,2% caso o servidor receba proventos ou benefícios



Manifestantes lotaram as galerias e oposição tentou obstruir, mas maioria apoiou proposta do governador

de até dois salários mínimos e tenha dependentes com deficiência ou doença grave. A emenda 15 propunha a mesma alíquota para quem recebe até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O projeto retorna à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) para receber parecer de 2º turno.

Parlamentares tentam obstruir votação, mas instrumentos protelatórios se esgotam

Apenas sete parlamentares foram à tribuna para se posicionar contra a aprovação do PL 2.238/24, porque a maior parte dos que se opõem à matéria já tinha se pronunciado na fase de discussão, durante a última reunião de Plenário em que o projeto foi discutido, na quarta-feira, 13 de novembro.

A deputada Beatriz Cerqueira (PT) explicou que, nessa fase, cada parlamentar só pode falar uma única vez por dez minutos e a maioria já tinha usado esse tempo. “É importante explicar para não parecer falta de zelo de nossa parte”, afirmou evidenciando o esgotamento dos instrumentos de obstrução utilizados pela oposição.

Os parlamentares que se pronunciaram receberam o apoio dos servidores estaduais que lotaram as galerias do Plenário protestando contra a proposta aos gritos de “Fora, Zema”. O primeiro a encaminhar a votação foi o deputado Betão (PT), que considerou inexistirem no projeto garantias de medidas que venham a melhorar o Ipsemg. Ele repisou estudos mostrando os prejuízos para o servidor mineiro, especialmente o que recebe salário mais baixo. Também criticou a falta de diálogo com os sindicatos representantes da categoria.

Manifestações contrárias

O deputado Leleco Pimentel (PT) anunciou que faria um carômetro mostrando os deputados que votaram contra os servidores. “Os que estão do lado do Zema deveriam ter coragem para vir aqui na tribuna defenderem o projeto”, cobrou.

Ele também fez um alerta quanto a dois projetos do governador que vão contra o interesse da sociedade, propondo a privatização da Cemig e da Copasa.

Antes do projeto ser votado, o deputado Ricardo Campos (PT) fez um apelo aos colegas para que, em caso de aprovação da matéria, os novos recursos arrecadados, da ordem de R\$ 700 milhões, fossem vinculados a ações de melhoria do Ipsemg. Ele avalia que sem isso, haverá desmonte do instituto e estrangulamento do servidor, que sofre com salários arroxados e atendimento precário de saúde.

Na opinião do deputado Sargento Rodrigues (PL), o governador escolheu o servidor público como bode expiatório, principalmente os sindicalistas. Ele repisou que os servidores com salários mais baixos serão os mais prejudicados. Por isso, solicitou o destaque de duas das 17 emendas que apresentou ao projeto, as quais buscavam reduzir os danos para os servidores.

Na avaliação do deputado Professor Cleiton (PV), o próximo alvo do Estado é o Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM). Ainda alertou para movimentos do governo no sentido de acabar com o Cemig Saúde. Segundo o deputado, Minas tem dívida bilionária com o Ipsemg e ao IPSM e deveria pagá-la, em vez de onerar os servidores. Fonte: Assessoria ALMG

[COLUNA] UM SOPRO DE ESPERANÇA EM MINAS GERAIS: VITÓRIA DO PROTAGONISMO POPULAR NA MORADIA E NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ALMG

Por Leleco Pimentel

Foto: Transmissão ALMG



Deputado estadual Leleco Pimentel (PT) durante reunião de comissão

Em tempos de contradição no Brasil profundo, onde um filme sobre a ditadura é sucesso de bilheteria enquanto vem à tona um plano de golpe de estado, nossa luta em Minas traz um lapso de esperança. Destaco dois projetos de lei de protagonismo popular que avançaram na Assembleia Legislativa do nosso estado, demonstrando que é possível construir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática é possível, e ela começa com o povo no centro de tudo.

Aos que ainda duvidam da viabilidade de uma sociedade do bem viver, onde os próprios integrantes produzem e compartilham seus saberes, trabalhos e produções, estamos aqui para provar, de forma concreta, que essa não é uma utopia, mas sim um modelo real de transformação social. Acreditamos que a aliança bolivariana dos povos latino-americanos, torna possível um socialismo diante do Estado. Nós, do Juntos Para Servir, trabalhamos incessantemente para que essa realidade se torne visível e palpável.

Nesta terça-feira (26/11), um marco histórico foi alcançado: foi aprovado, em segundo turno, no Plenário da ALMG, o primeiro projeto de lei de produção social de moradia por autogestão do país, o PL 195/2023, que institui a Política Estadual de Produção Social de Moradia por Autogestão. O que isso significa? Significa que as comunidades terão autonomia para planejar, construir, reformar e regularizar imóveis de interesse social de forma solidária e com apoio técnico especializado, sem depender de grandes empresários ou da especulação imobiliária. As próprias comunidades organizadas, por meio de associações ou cooperativas, poderão transformar a realidade habitacional de seus territórios.

Este projeto é uma potência de organização social. Ele insere princípios fundamentais como a dignidade humana, a função social da propriedade, a inclusão socioeconômica e a sustentabilidade ambiental no cerne da política habitacional de Minas Gerais. Em um estado onde o número de domicílios sem banheiro chega a níveis alarmantes, não podemos mais permitir que a moradia seja tratada como mercadoria e que a população mais pobre siga à margem, sem acesso àquilo que é seu por direito. A futura lei de autogestão é uma resposta direta a essa realidade, uma ferramenta poderosa para que as comunidades possam se auto-organizar, exercer seu protagonismo e conquistar condições de vida mais dignas.

Este é apenas um exemplo do que estamos construindo. Não nos limitamos à questão da moradia. A mobilização popular que tomou conta da Assembleia Legislativa, com um dos maiores públicos já registrados em uma audiência pública, é uma prova de que o povo está cada vez mais presente e ativo nas discussões que afetam suas vidas. Como resultado desse processo,

conseguimos, nesta quarta-feira (27/11), parecer favorável na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para o projeto de lei no 511/2023, que cria o Marco Regulatório para a Educação do Campo, das Águas e das Florestas e estabelece a Pedagogia da Alternância como regime regular de ensino, equiparando as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) às escolas públicas.

A Pedagogia da Alternância não é um conceito distante ou abstrato. Ela é prática, ela é ação. E ela se adapta perfeitamente à realidade da vida no campo. Agora, estudantes do campo terão a oportunidade de alternar entre o “Tempo Escola”, onde se realizam estudos e pesquisas, e o “Tempo Comunidade”, onde a aprendizagem se dá por meio de práticas e experiências vividas diretamente no território.

Quanto ao reconhecimento às EFAs como escolas públicas que o projeto de lei impõe, tem como objetivo garantir que recursos educacionais cheguem também aos estudantes do campo e que eles possam acessar os programas e políticas públicas que o estado oferece à educação pública. Cotas e assistência estudantil nas universidades estaduais são alguns exemplos.

Esses projetos não são apenas legislações que passam a integrar o nosso sistema jurídico. Eles são a materialização de um sonho coletivo que vem sendo construído há anos, em nosso mandato, de forma participativa e com o povo como protagonista. Uma sociedade onde as pessoas, com sua diversidade, têm voz ativa, têm poder de decisão, têm protagonismo. Quando falamos em moradia, educação ou qualquer outro direito social, o poder não deve vir de cima para baixo, mas de baixo para cima, da base, da força das comunidades que sabem melhor do que ninguém o que precisam para melhorar suas vidas.

Essas conquistas são uma prova de que é possível resistir a um governo usurpador de direitos, como o de Romeu Zema. Se ele tenta deflagrar direitos, nossa união e organização se tornam uma força imbatível para barrar seus retrocessos e avançar em direção a uma sociedade mais justa e democrática. Quando o povo assume o protagonismo, não há desgoverno capaz de impedir o avanço das transformações que precisamos. Estamos firmes na luta, mostrando que é a ação coletiva e a mobilização popular que vão construir o futuro que todos merecemos.

Todo poder vem do povo. Esse é o lema da nossa luta, dia após dia.

TRATAMENTO DE ESGOTO: SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E RENDA PARA A POPULAÇÃO

A construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Osso de Boi, na sede, vai trazer benefícios diretos para a população de Ouro Preto que passará a contar com os serviços. No pacote das melhorias, encontram-se mais saúde, qualidade de vida e renda para a população, além da proteção ao meio ambiente.

“Os serviços completos de esgotamento sanitário estão diretamente ligados às condições de desenvolvimento humano e econômico de uma cidade”, diz o superintendente da Saneouro, Evaristo Bellini.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada R\$ 1,00 que se investe em saneamento básico são economizados R\$ 9,00 em saúde pública. Isso porque o tratamento adequado de água e esgoto evita doenças como diarreias e infecções gastrointestinais e, consequentemente, os gastos com tratamento e internações hospitalares para combater tais doenças.

Menos adoecimento e menor índice de internações hospitalares, por sua vez, contribuem

diretamente para a produtividade e a renda das populações. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), presentes no Painel Saneamento Brasil, a renda média das pessoas com acesso a saneamento básico completo é hoje R\$ 1.255,53 superior à de quem não conta com os serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário. “Ou seja, quem tem saneamento básico em casa, ganha quase um salário mínimo a mais que quem não tem”, diz Evaristo Bellini.

Ele enfatiza que as crianças e adolescentes também são diretamente beneficiados. Com menor grau de adoecimento, têm maior regularidade de presença na escola e o aprendizado favorecido.

O IBGE ainda aponta que imóveis construídos em áreas atendidas por tratamento de esgoto podem valorizar até 14%, o que contribui diretamente para o crescimento econômico e a estabilidade de setores como comércio e serviços.

A ETE Osso de Boi, cujas obras devem durar 18 meses, vai

tratar 100% do esgoto coletado na sede de Ouro Preto ao final de sua segunda etapa. Terá capacidade para tratar até 125 litros de esgoto por segundo e vai contribuir, ainda, para a revitalização do Ribeirão Funil. “O ribeirão receberá os efluentes totalmente tratados, sem toxinas, e isso permitirá a volta da vida aquática”, enfatiza o superintendente da Saneouro.

Tratamento de esgoto em Ouro Preto

Atualmente, apenas o distrito de São Bartolomeu conta com uma ETE. Na unidade, trata-se 0,67% de todo o esgoto coletado na cidade. Além da ETE Osso de Boi, na sede, a Saneouro trabalha no planejamento de outras estações para tratamento do esgoto dos demais 11 distritos ouro-pretanos.

A meta da empresa é cumprir o Marco Legal do Saneamento, lei editada em 2020 pelo governo federal que estabelece que até 31 de dezembro de 2033 todos os municípios brasileiros atendam pelo menos 90% de suas populações com serviços de tratamento de esgoto. Fonte: Assessoria Saneouro

CONFIRA PROGRAMAÇÃO NATALINA DE OURO PRETO NESTE FIM DE SEMANA

Programação inclui cortejo natalino, projeção mapeada e desfile do bloco Zé Pereira do Club dos Lacaio

Fotos: Ane Souza

Depois do acendimento da árvore de natal de 22 metros de altura, na Praça Tiradentes, no último sábado (23), oferecendo ao público um espetáculo de luzes e encanto do clima natalino, as inaugurações da decoração especial do Natal de Ouro Preto tem prosseguimento nesta sexta-feira, às 20h, na Praça Jorge Pedrosa, na Bauxita. Após o acendimento das luzes haverá projeção mapeada (video mapping) e cortejo natalino pela Rua João Pedro da Silva, com Fanfarras do Marília e Animadores Ouro Preto, com participação do Papai Noel, elfos, Grinch, Mickey, Minnie, Pato Donald e Pateta.

No sábado o Papai Noel estará na Casa de Gonzaga para fotos. Em seguida, haverá apresentação do Coro de Natal Ouro Preto, um grupo de coralistas apaixonados pela arte que se uniram para trazer à cidade o encanto das canções natalinas. O coro se apresenta na Praça Tiradentes, transformando cada canto em um convite para celebrar a vida, a família e as amizades. Para finalizar, haverá projeção mapeada na Igreja de São Francisco de Assis, considerada uma das obras-primas do barroco brasileiro, além de ser uma das maiores realizações do Aleijadinho (1730-1814).

No domingo haverá o desfile do Zé Pereira do Club dos Lacaio, bloco mais antigo em atividade do Brasil. Fundado em 1867, o uso de fraques, cartolas e lanternas é uma marca do bloco. Outro destaque do bloco são os bonecos gigantes. Os três primeiros criados foram os personagens Catitão, Baiana e Benedito. Depois foram criados outros bonecos, que representam

personagens ouro-pretanos como Tiradentes, Jair Boêmio, Efigênia Carabina e Sinhá Olímpia.

O Natal de Ouro Preto é uma realização da Prefeitura de Ouro Preto e Governo de Minas Gerais, com patrocínio da Cemig, produção da Holofote Cultural e apoio da Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto (ACEOP), Câmara dos Dirigentes Lojistas de Ouro Preto, Associação Turística Circuito do Ouro, Saneouro, InterOuro, Op Expert, Restaurante Sebastião e Pousa History.

Programação entre os dias 29 de novembro a 1 de dezembro:

29 de novembro de 2024 (sexta-feira)

20h – ABERTURA OFICIAL NATAL BAUXITA - Local: Praça Vereador Jorge Pedrosa (Praça da Bauxita)

Cortejo natalino com Fanfarras do Marília e Animadores Ouro Preto, com participação do Papai Noel, elfos, Grinch, Mickey, Minnie, Pato Donald e Pateta.

20h – PROJEÇÃO MAPEADA

Local: Praça Vereador Jorge Pedrosa (Praça da Bauxita)

30 de novembro de 2024 (sábado)

18 às 20h – CASA DO PAPAÍ NOEL - Local: Casa de Gonzaga – Rua Cláudio Manoel, 61 – Centro histórico

18h – CORO DE NATAL OURO PRETO

Local: Praça Tiradentes

20h – PROJEÇÃO MAPEADA

Local: Fachada da Igreja de São Francisco de Assis



01 de dezembro de 2024 (domingo)

14 às 16h – CASA DO PAPAÍ NOEL - Local: Casa de Gonzaga

18h – APRESENTAÇÃO DO ZÉ PEREIRA - Local: Do bairro Antônio Dias à Praça Tiradentes

Cortejo do Zé Pereira do Club dos Lacaio, bloco mais antigo em atividade do Brasil

20h – ALTO DE NATAL DE PADRE VIEGAS - Local: Igreja Nossa Senhora de Lourdes – Rua Professor Paulo Magalhães Gomes, 138 – Bauxita

Cemig: a energia da cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do país. Ao longo de sua história, a empresa reforça o seu compromisso em apoiar as expressões artísticas existentes no estado, de maneira a abraçar a cultura do estado em toda a sua diversidade. Além de fortalecer e potencializar as diferentes formas de produção artística, a Cemig se apresenta, também, como



Acendimento das Luzes de Natal no último sábado 23/11

uma das grandes responsáveis por atuar na preservação do patrimônio material e imaterial, da memória e da identidade do povo mineiro.

Os projetos patrocinados pela companhia, por meio de Lei Estadual e/ou Federal de Incentivo à Cultura, têm por objetivo beneficiar o maior número de pessoas, nas diferentes regiões do estado, promovendo

a democratização do acesso às práticas artísticas. Assim, investir, incentivar e impulsionar o crescimento do setor cultural em Minas Gerais reflete o posicionamento da Cemig em transformar vidas com a sua energia. Fonte: Assessoria Natal Ouro Preto

Programação completa no site: <https://nataldeouropreto.com.br/programacao/>

“Jovens Olhares”!

Amanhã, dia 30 de novembro, das 8h às 12h, estará aberta para visitação gratuita a exposição “Jovens Olhares: entre a beleza de um povo e a destruição da mineração em Antônio Pereira”, na Escola Estadual Antônio Pereira (Rua Grande, nº 1). Realizada por jovens estudantes do distrito, a exposição é fruto das oficinas de fotografia que fazem parte do projeto “Direitos Humanos e Comunicação Popular” conduzido pelo Instituto Guaicuy (ATI Antônio Pereira), em parceria com a Escola Estadual Antônio Pereira, junto aos jovens do Ensino Médio. O objetivo da exposição é ampliar o alcance das narrativas sobre Antônio Pereira, local onde vivem as/os nove jovens fotógrafas/os que lançam essa exposição coletiva. “A gente chama a atenção para as belezas que a gente tem risco de perder”, explica a jovem fotógrafa Joyce Giovanna de Assis Marques (Joy), de 17 anos, que, segundo ela mesma, é “apaixonada por todo tipo de arte.”

A iniciativa contou com o engajamento voluntário dessas/es jovens entre 16 e 18 anos, que escolheram saber mais sobre o universo da fotografia como



Foto: Léo Souza - Instituto Guaicuy

ferramenta de comunicação popular na defesa de direitos humanos. Para Ana Clara Costa, 18 anos, a comunicação é a “chave” de tudo: “A comunicação pode frear um pouco os danos da mineração na comunidade”, afirma ela.

Serviço:

Exposição fotográfica: Jovens Olhares: entre a beleza de um povo e a destruição da mineração em Antônio Pereira.

Data: 30/11/2024

Horário: 8h às 12h

Local: Escola Estadual Antônio Pereira | Rua Grande, nº 1.

Fonte: Assessoria Guaicuy

Quer receber o diário de Ouro Preto toda semana no conforto da sua casa?

Assine e apoie o jornalismo independente

Faça sua assinatura já!

(31) 3105 - 2795

